

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Respostas locais à austeridade fiscal no Brasil: um estudo sobre as despesas dos estados brasileiros entre 2014 e 2019

Renan Pereira Almeida

Departamento de Ciências Econômicas, e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPlat), Universidade Federal de São João del-Rei

João Victor Santana Andrade

Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de São João del-Rei

Sessão Temática II: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional

Resumo. A agenda da austeridade fiscal penetrou no Brasil a partir de 2015 via ajuste recessivo, e mais claramente em 2016, pela EC 95/16 (“Teto de Gastos”). Uma das principais medidas dessa agenda são cortes em despesas sociais. Embora a austeridade seja uma narrativa global, os estudos urbanos e regionais vêm trazendo evidências de como ela penetra desigualmente pelo território, com respostas variando entre um “urbanismo da austeridade” e um “municipalismo pragmático”. Este artigo investiga qual foi o comportamento das contas de cunho social dos estados brasileiros entre 2014 e 2019, a partir de técnicas estatísticas e de análise espacial. Os resultados mais gerais mostram uma queda no nível total das despesas. Entretanto, há relevantes disparidades regionais: estados do centro-sul (RJ, MG, ES e RS) tiveram notável queda nas despesas, enquanto estados ligados à expansão da fronteira agrícola (MT, MS e TO) as expandiram. Esses resultados sugerem variações pragmáticas nas respostas locais à austeridade no território brasileiro.

Palavras-chave: Austeridade Fiscal; Despesas Públicas; Urbanismo da austeridade; Municipalismo pragmático; Federalismo Fiscal.

Local responses to fiscal austerity in Brazil: a study on Brazilian states expenditures between 2014 and 2019

Abstract. The fiscal austerity agenda penetrated in Brazil from 2015 onwards through a recessive adjustment, and more clearly in 2016, through EC 95/16 (“Expenditure Ceiling”). One of the main measures of this agenda is cuts in public social spending. Although austerity is a global narrative, urban and regional studies have been providing evidence of how it unevenly penetrates across the national territory, with responses ranging from an “austerity urbanism” to a “pragmatic municipalism”. This article investigates the behavior of social accounts in the Brazilian states between 2014 and 2019, using statistical techniques and spatial analysis. The more general results show a drop in the total level of public social expending. However, there are relevant regional disparities: states in the center-south (RJ, MG, ES and RS) had a notable drop in expenses, while states linked to the expansion of the agricultural frontier (MT, MS and TO) expanded them. These results suggest pragmatic variations in the local responses to austerity in Brazil.

Keywords: Fiscal Austerity; Public Expenses; Austerity urbanism; Pragmatic municipalism; Fiscal Federalism.

Respuestas locales a la austeridad local en Brasil: un estudio sobre los gastos estatales brasileños entre 2014 y 2019

Resumen. La agenda de austeridad fiscal penetró en Brasil a partir de 2015 a través de un ajuste recesivo, y más claramente en 2016, a través de la EC 95/16 (“Tope de Gastos”). Una de las principales medidas de esta agenda es el recorte del gasto público social. Si bien la austeridad es una narrativa global, los estudios urbanos y regionales han ido evidenciando su penetración desigual en el territorio nacional, con respuestas que van desde un “urbanismo de austeridad” hasta un “municipalismo pragmático”. Este artículo investiga el comportamiento de las cuentas sociales en los estados brasileños entre 2014 y 2019, utilizando técnicas estadísticas y análisis espacial. Los resultados más generales muestran una caída en el nivel total del gasto público social. Sin embargo, existen

disparidades regionales relevantes: los estados del centro-sur (RJ, MG, ES y RS) tuvieron una notable caída en los gastos, mientras que los estados vinculados a la expansión de la frontera agrícola (MT, MS y TO) los ampliaron. Estos resultados sugieren variaciones pragmáticas en las respuestas locales a la austeridad en Brasil.

Palabras clave: Austeridad Fiscal. Gasto Público. Urbanismo de Austeridad. Municipalismo Pragmático. Federalismo Fiscal.

1. Introdução

Após uma década (2004-2014) de crescimento econômico com estabilidade de preços e redução da desigualdade social no Brasil, o país entra em uma trajetória diferente a partir de 2015. Instaura-se uma grave crise política, a atividade econômica sofre uma das maiores quedas da história brasileira, e, para os fins deste artigo, segue-se uma substancial queda nas receitas públicas combinada com aumentos das despesas públicas com pagamentos de juros da dívida – juros estes em ascensão no cenário de caótico que se instaura (ROSSI *et al.*, 2018; CARVALHO, 2018). Neste contexto, no ano de 2015, foi dada a largada para que o Estado começasse a implementar menores gastos com as políticas públicas visando sanear as suas contas, visto que a trajetória da dívida pública estava aumentando. Foi então, com a EC 95, que o Brasil passou a adotar oficialmente a austeridade fiscal (DWECK *et al.*, 2020; TAVARES; RAMOS, 2018).

A palavra austeridade vem do latim *austeritas* ou *austerus*, significando “amargo, azedo, rígido, severo”, e é essencialmente a mesma em várias línguas ocidentais (português, espanhol, catalão, inglês, italiano, francês). A austeridade fiscal, portanto, refere-se às medidas com características *amargas* no âmbito do orçamento do setor público, que trata das receitas públicas (tributos, taxas e receitas patrimoniais) e dos gastos e investimentos públicos. A austeridade fiscal, assim como o neoliberalismo, não é uma teoria ou uma escola de pensamento, por conseguinte. Para além da definição mais direta, uma interpretação do conceito a partir das lentes dos estudos urbanos aponta que a austeridade é uma iniciativa programática de reformas para alterar a matriz institucional do Estado (THEODORE, 2019). Os métodos dentro dessa agenda de reformas incluem a contração fiscal, como aquela feita no Brasil de 2015, mas também aquelas reformas que se seguiram em 2016, 2017 e 2019, como as reformas do regime fiscal (“Teto de Gastos”), trabalhista, e previdenciária, respectivamente. Inclusive, Theodore (2019, p. 4) aponta com uma das medidas programáticas da agenda da austeridade uma “deflação voluntária de preços e salários”. Assim, este trabalho entende o conceito de austeridade fiscal como uma iniciativa programática que visa reformar as matrizes institucionais do Estado, e que se manifesta no plano perceptível como cortes de gastos do setor público, entre outras medidas.

No campo do planejamento urbano e regional, o cenário global de austeridade, iniciado depois que as medidas pós-crise de 2008 se esvaíram, gerou duas visões sobre o que estava acontecendo na escala das finanças públicas locais no Norte Global. O “urbanismo da austeridade” seria o modo de reação dos governos em escala local (estados, mas principalmente municípios) diante da austeridade imposta por governos nacionais. Nesse sentido, os Estados nacionais “empurram para baixo” as restrições aos orçamentos públicos, afetando estados e municípios em seguida, os quais “baixam” (*downloading*) essas formas de governar (PECK, 2012, 2014). Por outro lado, a literatura sob a rubrica de “municipalismo pragmático” usa base de dados para cidades ou condados nos EUA para indicar que, em geral, a resposta mais comum à onda de austeridade promovida pelo governo central não foi uma queda nas despesas, mas uma série de artifícios para manter serviços funcionando a despeito das pressões do governo federal (ALDAG *et al.*, 2019; KIM; WARNER, 2018, 2021; WARNER; ALDAG, 2019). Esses artifícios incluem remunicipalizações de serviços públicos (MCDONALD, 2018; WARNER, 2021), que ao sair das mãos da iniciativa privada se tornam mais baratos (BEL *et al.*, 2010; HUNGARO; ALMEIDA, 2020), e aumentos de impostos sobre a propriedade da terra urbana, que afetam os patrimônios da população menos vulnerável (KIM, 2019). Nessa visão, casos emblemáticos como Detroit (PECK, 2014) e Vallejo, Califórnia (DAVIDSON, 2020) são as exceções. Essa literatura não nega os efeitos perversos da austeridade, nem a sua existência de fato, mas busca

mostrar como há alternativas reais para se evitar a austeridade fiscal (KIM; WARNER, 2021), em uma espécie de movimento à *la Polanyi* em que a sociedade se protege e “empurra para trás” os avanços do mercado (WARNER; CLIFTON, 2014). Pelo que se pode encontrar, não foi identificado trabalho que traga esta discussão da penetração da austeridade fiscal no território para o Brasil até o momento, seja no plano teórico, seja com trabalhos empíricos de larga escala.

Este trabalho, portanto, procura analisar qual foi a trajetória das despesas das áreas sociais nos estados brasileiros no contexto da austeridade fiscal. Foram considerados os gastos totais e com as áreas de educação, saúde, previdência, saneamento, habitação, assistência social e urbanismo. A criação do banco de dados, a partir da base pública Finbra (“Finanças do Brasil”) e as análises feitas de diferentes formas (estatísticas e técnicas de análise espacial, notadamente, *Local Indicator of Spatial Association*, LISA) foram baseadas nas despesas dos governos estaduais, visto que a austeridade pode ocorrer de diferentes maneiras ao longo do território.

No geral, os resultados corroboraram a narrativa mais geral, pois ficou claro que no nível total das contas, de fato houve uma queda nas despesas. Apesar disso, não foram todos os estados que apresentaram variações negativas em suas despesas. Estados, principalmente do Centro-Oeste e Sul, apresentaram variações positivas entre os anos analisados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. No Norte, o Tocantins se destaca em algumas áreas. Por outro lado, a maioria dos estados do Norte, Nordeste e Sudeste apresentaram uma variação negativa em suas despesas. Notoriamente, com grande queda, há o estado do Rio de Janeiro, o qual as técnicas de análise espacial indicam ser o epicentro da austeridade em nível estadual no Brasil.

O trabalho está dividido em cinco seções, contando com esta introdução. De forma subsequente as seções são: revisão de literatura, metodologia, resultados, e por último, as conclusões.

2. Revisão de Literatura

Atualmente, têm-se visto no Brasil que as políticas econômicas estão tendo uma forte inclinação para políticas de austeridade fiscal, e um dos objetivos para essa política seria a redução do papel do Estado, a redução de déficits fiscais e o nível da dívida pública. Para isso, seriam encolhidos os gastos sociais. Contudo, a austeridade apresenta fragilidades mesmo do ponto de vista lógico:

A austeridade econômica se sustenta em argumentos frágeis e estudos controversos que, em sua maioria, propagam uma alegada sabedoria convencional não amparada em evidências. [...] Em um contexto de crise econômica e de aumento da dívida pública, a austeridade tem sido apresentada e praticada como remédio necessário que exige reformas estruturais na atuação do Estado brasileiro. (ROSSI *et al.*, 2018, p. 361)

Um dos argumentos adotados pelos defensores da austeridade seria que, “em tempos de crise, as políticas sociais restritivas (aumento de impostos ou, preferencialmente, redução de gastos) podem ter um efeito expansionista, de aumento do crescimento econômico”. (Rossi *et al.*, 2019, p. 4). A literatura denomina esta hipótese como “contração fiscal expansionista”. Segundo essa hipótese,

Esse ajuste teria efeitos positivos sobre o crescimento econômico ao melhorar a confiança dos agentes na economia. Ou seja, ao mostrar ‘responsabilidade’ em relação às contas públicas, o governo ganha credibilidade junto aos agentes econômicos e, diante da melhora nas expectativas, a economia passa por uma recuperação decorrente do aumento do investimento dos empresários, do consumo das famílias e de atração de capitais externos. (ROSSI *et al.*, 2019, p. 4-5)

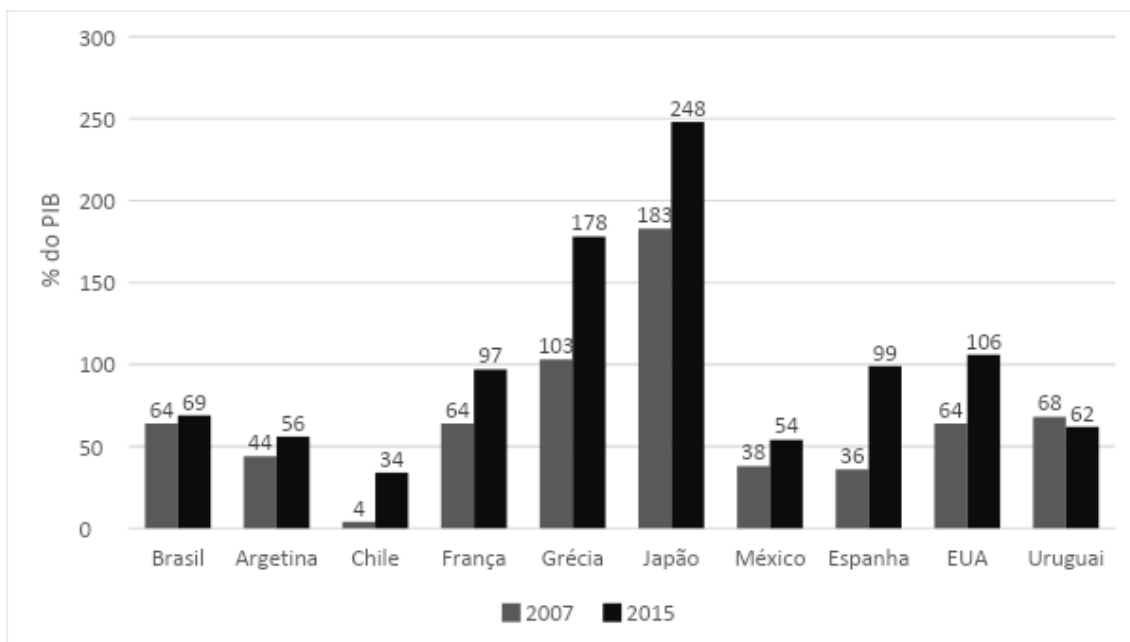
Porém, as evidências científicas sobre o tema indicam que a contração fiscal é contracionista, isto é, quando se reduzem os gastos públicos, o efeito principal é a redução da atividade econômica (SERRANO; BRAGA, 2006; BARBOSA FILHO, 2017). Como a atividade do setor público é parte inexorável da atividade econômica em geral, reduções daquela geram reduções nessa. Além disso, em um país onde as políticas públicas se fazem tão necessárias como no Brasil, cortes de gastos públicos desestimulam o próprio investimento privado, pois reduzem expectativas de crescimento e não garantem demanda efetiva para a produção do setor privado. A obsessão por níveis pré-definidos de dívida pública, seguida de políticas de austeridade, pode causar o efeito contrário, justamente causando a elevação do endividamento. Isso ocorre por conta do círculo vicioso da austeridade: com crescentes cortes de gasto público, ocorre uma redução do crescimento, o que produz novas quedas de arrecadação e consequentemente novos cortes de gastos. De acordo com Stiftung (2016, p. 22): “Em meio à recessão, se o governo procurar evitar o aprofundamento do déficit público aumentando impostos ou cortando suas despesas, ele estará simplesmente piorando a sua situação patrimonial e a do setor privado.”

Além disso, defensores da contração fiscal expansionista comparam o orçamento público com o orçamento doméstico, e como uma família não deve gastar mais do que ganha, o governo deve fazer o mesmo. Porém, o governo possui métodos e ferramentas que uma família não possui. Dois deles são: o Estado consegue interagir o quanto vai arrecadar, ou seja, consegue definir o seu orçamento em diferentes formas possíveis; e as famílias não conseguem emitir moeda, títulos e muito menos definir a taxa de juros na qual pagam suas dívidas, ferramentas essas que estão nas mãos de qualquer Estado nacional soberano (BELLUZZO *et al.*, 2021).

Analisando as maiores economias do mundo, percebe-se que os patamares da dívida pública brasileira em relação a sua atividade econômica não são alarmantes como os defensores da austeridade argumentam. Inclusive, não há um número ótimo na literatura ou um consenso de dívida aceitável entre os economistas (BARBOSA FILHO, 2017).

O Gráfico 1 nos proporciona uma visualização da dívida bruta de alguns países selecionados. Esse gráfico indica em qual nível de endividamento estavam os países no ano de 2007 e 2015. É possível perceber que uma dívida alta é perfeitamente normal para os países, e o Brasil não é o único a apresentar uma ascendência da dívida.

Gráfico 1 – Dívida Bruta de Países Selecionados



Fonte: Stiftung (2016, p.30)

A dívida pública se torna problemática, principalmente, em duas situações. Na primeira, quando a dívida tem uma taxa de juros muito elevada. Os custos relacionados aos serviços da dívida irão aumentar, com chances de ser uma elevação muito abrupta. No Japão, apesar da dívida ser muito elevada, o país consegue rolar a dívida muitas vezes com juros negativos. A segunda situação é quando o Estado possui uma dívida a qual não é paga na moeda que ele emite. Fica evidente então, que é preciso analisar a taxa de juros da dívida e se a dívida é interna ou externa (BELLUZZO *et al.*, 2021).

Diante desse panorama, as literaturas das áreas de planejamento urbano e regional e de estudos urbanos e regionais vem investigando como o fenômeno da austeridade fiscal tem penetrado diferentemente em territórios nacionais. Logo após a crise de 2008, os governos nacionais pelo mundo foram chamados a “salvar o capitalismo de si mesmo” (FRIEDMANN, 1987) por meio de reduções das taxas de juros (Banco Central) e pacotes fiscais (Tesouro Nacional). Conforme essas políticas foram capazes de gerar recuperação da atividade econômica e gradualmente diminuição do desemprego, cresceram as pressões para que fossem feitos ajustes nas contas públicas, o que gerou uma série de medidas de austeridade a partir de 2012. Como os Estados Nacionais haviam absorvido as dívidas privadas durante a crise, o nível das dívidas havia crescido muito. Então, os governos centrais foram pressionados pelos detentores da dívida pública para adotar medidas de austeridade, o que os levou a pressionar governos locais (estados e municípios) a fazerem o mesmo. Nesse cenário, uma reflexão que emergiu sob a rubrica de “urbanismo da austeridade” foi desenvolvida pelo geógrafo britânico radicado no Canadá Jamie Peck (PECK, 2012, 2014). Os antecedentes dessa formulação remontam às pesquisas de “urbanismo neoliberal” (PECK *et al.*, 2009). A literatura do “urbanismo da austeridade” se baseou em vários estudos de casos para localidades que cortaram despesas, levando a profundas crises urbanas e sociais (DAVIDSON, 2020; THEODORE, 2019). Ela ganhou notoriedade na academia britânica (GRAY; BARFORD, 2018; LOBAO *et al.*, 2018). Em resposta a essa literatura, surgiu a hipótese de que a resposta mais geral das localidades nos EUA teria sido um “municipalismo pragmático”, significando que não necessariamente as localidades aderiram às pressões fiscais dos governos nacionais no contexto de onde se tem federalismo fiscal. Essa hipótese e expressão foi cunhada pela historiadora, cientista regional e planejadora americana Mildred Warner, baseada na Universidade de Cornell (ALDAG *et al.*, 2019; KIM; WARNER, 2018; WARNER; ALDAG, 2019) e seus/suas orientados/as. Os antecedentes dessa abordagem remontam aos debates sobre privatizações de serviços locais e as tendências de desprivatizações e remunicipalizações nesses serviços (BEL *et al.*, 2010; WARNER; ALDAG, 2019; WARNER; CLIFTON, 2014).

Na Europa, grande parte da literatura se concentra em estudos sobre a Inglaterra, o que pode ser explicado tanto pela trajetória de cortes de gastos e decadência econômica do país quanto pelo domínio da academia anglo-saxã na produção acadêmica (KIM; WARNER, 2021). Na Inglaterra, dada a centralização orçamentária nas mãos do governo central e a não existência de um sistema federativo, há fortes evidências de que o “urbanismo da austeridade” tem sido a forma predominante de resposta dos governos locais diante desse cenário (GRAY; BARFORD, 2018; KIM; WARNER, 2021; LOBAO *et al.*, 2018). O sistema de federalismo fiscal nos EUA, o qual dá autonomia relativa aos governos locais de obterem suas próprias receitas, por outro lado, tem sido apontado como um dos motivos pelos quais a resposta geral dos municípios tem sido chamada de “municipalismo pragmático” (KIM; WARNER, 2021).

A política de austeridade teve seu começo no Brasil no ano de 2015, mas foi em 2016 com a EC 95/2016, que congela nos próximos vinte anos os gastos públicos, que a política se elevou de patamar. Então, de acordo com Pitombeira e Oliveira (2020, p. 1702), pode-se dizer que desde 2016 o Brasil tem vivido um profundo retrocesso com ameaça aos ganhos sociais conquistados na década de 2000 e fragilizando ainda mais as condições de vida e de saúde da

população. Ou seja, a austeridade penaliza principalmente as classes mais populares da população.

A austeridade fiscal muitas vezes é vista como uma forma do governo manter suas contas organizadas e equilibradas, mas, de acordo com Rossi *et al.* (2018, p. 362), “a EC 95 é um equívoco macroeconômico, pois impede a atuação anticíclica da política fiscal e impõe um caráter contracionista à mesma, uma vez que a contribuição da demanda pública para o crescimento será sistematicamente nula”. Além do mais, seguindo a nova regra fiscal, o gasto total do governo na economia passaria de 19,8% do PIB no ano de 2017 para apenas 12,4% para o ano de 2037. Embora de fato as contas do governo ficarão mais equilibradas, a austeridade inviabiliza qualquer plano de consolidação/expansão do acesso a direitos sociais, além de comprometer os investimentos e o próprio funcionamento da máquina pública. Deste modo, o tamanho do gasto público pode voltar aos patamares da década de 1990.

Com a implementação da EC 95/16, os entes subnacionais passaram a ter mais dificuldade para gerir suas contas, justamente pela queda de arrecadação em que foram lançados. Além disso, de acordo com Corrêa e Dweck (2020, p.128), “a crescente importância dos estados e municípios na oferta direta de serviços contrasta com os limites existentes à ação dos entes subnacionais”. Visto que os entes subnacionais têm grande relevância na prestação de serviços públicos essenciais, e a arrecadação está menor, os mesmos recursos não estão sendo disponibilizados de maneira adequada. Como mostra Corrêa e Dweck:

a EC 95, ao impor uma política de contração de gastos públicos, afeta profundamente a disponibilidade de recursos municipal. Isso ocorre tanto diretamente, pela redução de repasse de áreas centrais como saúde, educação, investimentos, por meio de redução de transferências obrigatórias (SUS) e voluntárias, quanto indiretamente, ao afetar o ritmo de crescimento da atividade econômica e consequentemente a arrecadação tributária própria e a repartida por estados e a União. (CORRÊA E DWECK, 2020, p. 139-40)

Sendo assim, os entes subnacionais ficam sujeitos às arrecadações com receitas tributárias, próprias e receitas de transferências da União. De acordo com Corrêa e Dweck (2020, p. 129), “Frente à queda de receitas próprias ou de transferências, o federalismo fiscal brasileiro impõe às unidades subnacionais uma única alternativa: o corte de despesas – o que afeta a capacidade de prestação de serviços públicos à população, com impactos locais e regionais”. Embora não seja escopo deste artigo, pode-se supor que o surgimento do “Orçamento Secreto” a partir de 2022 tenha relação com esse fenômeno.

As próximas seções abordam empiricamente essa questão – como a penetração da austeridade fiscal tem afetado as despesas estaduais no país nos últimos anos.

4. Metodologia

Para a análise desse estudo, será usada a metodologia baseada em estatísticas descritivas, e o uso de tabelas, num primeiro momento, será essencial para a pesquisa, pois ela irá proporcionar uma melhor visualização para fazer a comparação entre os valores que serão coletados, que será uma das formas utilizadas para se chegar na análise dos dados, e consequentemente, em sua conclusão. Após usar a estatística descritiva, faz-se o uso de *boxplot* e o uso de mapas do tipo LISA (*Local Indicator of Spatial Association*). Será usado para fazer o *boxplot* e os mapas LISA o software GeoDA, que é comumente usada para fazer análises de dados espaciais, geovisualização, autocorrelação espacial e modelagem espacial. De acordo com Bastos e Gomes (2010, p. 113), o LISA pode ser calculado para uma variável padronizada. Esse indicador de padrões de associação local é qualquer estatística que satisfaça a dois critérios, de acordo com Anselin (1995, p. 94):

i) o LISA para cada observação mostra uma indicação do quão significativa é o agrupamento espacial de valores similares em torno dessa observação;

ii) a soma dos LISAs para todas as observações é proporcional ao indicador global de associação espacial.

Os anos selecionados para fazer a comparação foram os anos de 2014 e 2019. Será necessário, portanto, fazer a deflação dos valores coletados no ano de 2019. Para a deflação, foi utilizada a ferramenta do Banco Central, que pode ser encontrada em seu site oficial. Além disso, o índice de correção escolhido foi o Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Vale ressaltar que este trabalho, dada sua originalidade, não utilizou em sua tarefa empírica todas as variáveis que compõe as finanças públicas (gastos, receitas, déficit e dívida pública). As variáveis utilizadas são detalhadas abaixo.

4.1 Dados

Finbra é um banco de dados público na qual contém uma série de informações de ordem fiscal e contábil que são enviados pelos Estados brasileiros para a União. Nela é possível escolher dados sobre os Estados/DF, capitais ou municípios. Os dados que podem ser pesquisados são: Balanço Patrimonial, Variações Patrimoniais, Receitas Orçamentárias, Despesas Orçamentárias, Despesas por Função, Execução de Restos a Pagar e Execução de Restos a Pagar por Função.

Foi escolhido para este trabalho as Despesas por Função. Nela estão todas as contas do governo, que atualmente é dividida em 27 tópicos e cada tópico apresenta seus particulares subtópicos. Além disso, os subtópicos apresentam cinco valores diferentes relacionados às dívidas, e elas são: Despesas Empenhadas, Despesas Liquidadas, Despesas Executadas, Inscrição de Restos a Pagar (RP) não processados, e inscrição de RP Processados.

Foram escolhidas para a análise as Despesas Executadas, fase na qual os recursos já foram empenhados e liquidados. Os períodos analisados foram o ano de 2014 e o ano de 2019. Esta opção se deve ao fato de que a pandemia interrompeu momentaneamente a lógica da austeridade, substituindo-a pela lógica da proteção e da sobrevivência, o que resultou em aumentos nas despesas com saúde e assistência. No Brasil, passada a fase aguda da pandemia, retomou-se a narrativa da necessidade da austeridade, e as medidas de proteção à vida estão em xeque no momento em que este artigo está sendo escrito – o governo federal não incluiu no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2023 o auxílio emergencial, por exemplo. Por outro lado, o chamado “Orçamento Secreto” vem aumentando despesas discricionárias por meio de acordos no Congresso com a base aliada do governo. A área estudada foi o território brasileiro por completo, ou seja, os Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e o Distrito Federal.

As variáveis selecionadas foram aquelas que estão diretamente voltadas às despesas com gastos sociais, de acordo com o Governo do Brasil. As variáveis são as seguintes: Assistência Social; Previdência Social; Saúde; Cultura; Educação; Urbanismo; Saneamento; Habitação; e Agricultura.

5. Resultados

A Tabela 1 mostra a variação das despesas totais selecionadas entre os anos de 2014 e 2019.

Tabela 1. Variação das Despesas entre os anos de 2014 e 2019

	Norte			Nordeste		
	2014	2019	%	2014	2019	%
Assistênci a Social	1.618.130.601,73	1.192.984.202,90	-26,2 7	1.643.520.013,54	1.339.149.788,73	-18,5 2
Previdênci a Social	6.468.551.867,13	8.840.940.998,95	36,67	24.287.632.472,3 0	31.736.790.949,0 0	30,67
Saúde	10.511.984.537,8 5	10.139.082.857,0 0	-3,54	25.230.921.872,0 7	24.352.095.510,0 0	-3,48

Cultura	452.303.805,10	346.181.818,07	-23,46	765.238.684,79	494.158.239,30	-35,42
Educação	11.568.117.845,36	11.541.497.854,30	-0,23	23.128.869.930,43	20.912.408.801,00	-9,58
Urbanismo	1.722.159.744,15	356.291.886,43	-79,31	2.126.108.428,18	1.728.433.248,20	-18,70
Saneamento	841.396.290,83	268.680.437,73	-68,06	3.458.779.778,59	933.608.516,24	-73,00
Agricultura	1.128.626.046,37	842.692.312,72	-25,33	3.097.792.622,49	1.721.406.666,60	-44,43
Habitação	289.774.802,42	89.612.785,77	-69,07	682.760.738,10	243.020.110,79	-64,40
TOTAL	34.601.045.540,94	33.617.965.153,87	-2,84	84.421.624.540,49	83.461.071.829,86	-1,13
	Centro-Oeste			Sudeste		
	2014	2019	%	2014	2019	%
Assistência Social	1.036.461.120,34	749.742.212,23	-27,66	2.441.708.480,58	955.024.092,25	-60,88
Previdência Social	9.804.907.986,80	14.201.504.525,00	44,84	67.082.398.420,94	74.319.735.639,00	10,78
Saúde	9.593.861.717,78	9.863.992.633,00	2,81	39.492.239.006,42	36.159.102.853,00	-8,44
Cultura	314.843.301,86	202.381.348,08	-35,72	1.655.799.001,38	973.655.815,79	-41,19
Educação	14.015.622.960,97	14.060.162.590,00	0,31	54.634.968.558,20	46.252.964.192,00	-15,34
Urbanismo	2.232.419.918,52	1.467.612.543,70	-34,26	3.399.264.971,83	175.250.500,78	-94,84
Saneamento	30.534.209,39	37.406.360,14	22,50	1.233.238.535,35	588.967.940,59	-52,24
Agricultura	720.851.493,96	737.004.487,60	2,24	2.175.503.008,96	1.499.481.595,30	-31,07
Habitação	171.514.980,12	95.910.741,57	-44,08	2.343.618.202,77	606.990.636,17	-74,10
TOTAL	37.921.017.689,74	41.415.717.441,32	9,21	174.458.738.186,43	161.531.173.264,88	-7,41
	Sul			Brasil		
	2014	2019	%	2014	2019	%
Assistência Social	814.039.661,50	576.442.236,60	-29,18	7.553.859.877,69	4.813.342.532,71	-36,28
Previdência Social	24.152.217.594,68	32.086.750.617,00	32,85	131.795.708.341,85	161.185.722.728,95	22,30
Saúde	13.212.396.894,78	13.142.725.068,00	-0,52	98.041.404.028,90	93.656.998.921,00	-4,47
Cultura	235.160.890,23	149.952.000,33	-36,23	3.423.345.683,36	2.166.329.221,57	-36,71
Educação	19.239.476.661,11	15.788.154.983,00	-17,93	122.587.055.956,07	108.555.188.420,30	-11,44
Urbanismo	142.673.746,73	180.672.754,76	26,63	9.622.626.809,41	3.908.260.933,87	-59,38
Saneamento	39.215.808,70	53.698.632,84	36,93	5.603.164.622,86	1.882.361.887,54	-66,40
Agricultura	2.011.019.840,21	1.458.812.487,30	-27,46	9.133.793.011,99	6.259.397.549,52	-31,47
Habitação	224.284.371,86	81.860.044,43	-63,50	3.711.953.095,27	1.117.394.318,73	-69,90
TOTAL	60.070.485.469,80	63.519.068.824,26	5,74	391.472.911.427,40	383.544.996.514,19	-2,02

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser visto na tabela acima, três das cinco regiões do Brasil apresentaram queda nas despesas ao comparar o ano de 2014 com o ano de 2019. As regiões que apresentaram alta nas despesas – Centro-Oeste e Sul – gastaram em torno de R\$ 6 bilhões a mais, somando-as. Já as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, ao somar suas despesas, é possível perceber que elas caíram em torno de R\$ 15 bilhões, com um impulso bastante grande da região Sudeste, que sozinha apresentou uma queda de cerca de R\$ 13 bilhões.

Apenas a região Centro-Oeste do país apresentou mais contas que tiveram alta de despesas do que contas que tiveram queda de despesas. Elas foram: Previdência Social, Saúde, Educação, Saneamento e Agricultura. A outra região que melhor apresentou alta, mas não na maioria de suas contas, foi a Sul, com Previdência Social, Urbanismo e Saneamento.

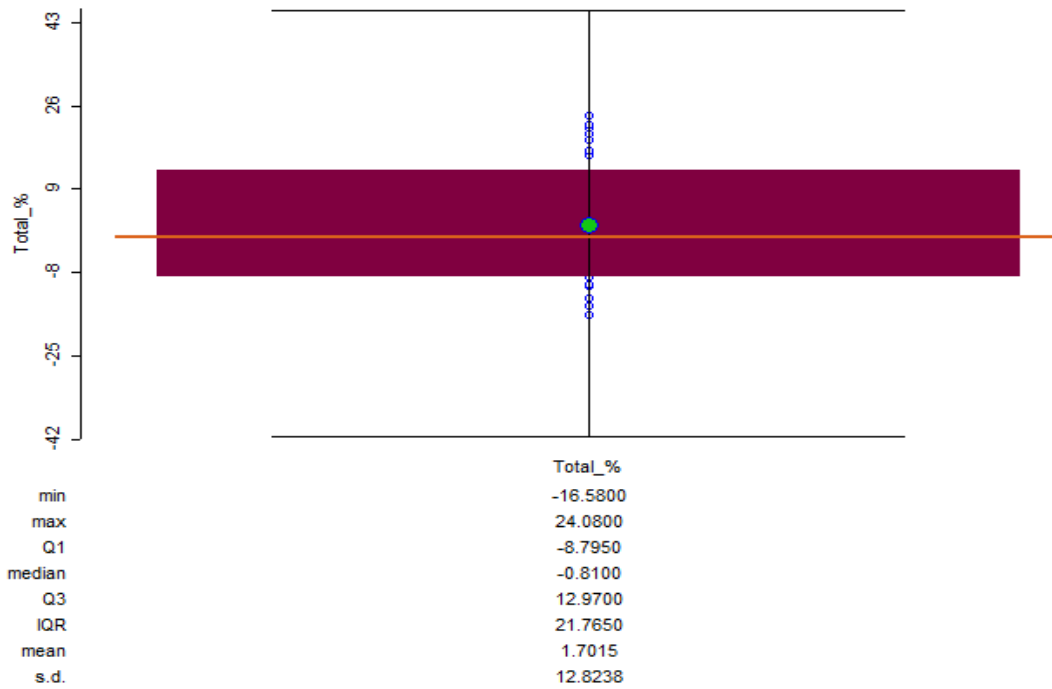
Um resultado encontrado de que possivelmente está de fato ocorrendo uma austeridade fiscal no país é que nas outras três regiões (Norte, Nordeste e Sudeste), todas as contas, excluindo a de Previdência Social, apresentaram uma queda percentual nos seus investimentos, ou seja, das nove contas selecionadas, apenas uma obteve um resultado positivo. De acordo com Brumer (2002, p. 50), citando Oliveira (1997, p. 1), “entre os aspectos que têm implicações diretas para a previdência social no Brasil estão a rápida queda da fecundidade e o aumento da expectativa de vida [...], afetando o período de gozo (e recebimento de benefícios) da aposentadoria.”

As contas que tiveram os piores resultados em suas regiões foram: Urbanismo na região Norte com -79,31%, Saneamento na região Nordeste com -73,00%, Habitação na região Centro-Oeste com -44,08%, Urbanismo na região Sudeste com -94,84%, e Habitação na região Sul com -63,50%. Já nas contas que obtiveram um resultado positivo, a região Sul apresentou Saneamento como seu melhor resultado, e nas outras quatro regiões do país, Previdência Social foi a que apresentou variação positiva.

Apesar de todas as contas serem importantíssimas para o bem-estar da população, pode-se dizer que o gasto com a Educação está entre os mais preocupantes, não apenas observando o total gasto, mas observando o impacto no futuro que essa conta proporciona. Apenas a região Centro-Oeste do país apresentou alta nas despesas com Educação, mas mesmo assim, uma alta de apenas 0,31%, ou R\$ 44 milhões. Falando-se em Educação, a região Sul apresentou a pior queda em total gasto com Educação, com -17,93%.

Outra conta muito importante, que em quase todas as regiões do país ultrapassa a casa de 1 bilhão de reais, é a Assistência Social. Analisando essa conta, é possível observar que todas as regiões do país investiram menos recursos nela. E a região Sudeste foi a que apresentou o pior resultado dentre as regiões, com uma queda de quase R\$ 1,5 bilhão, ou -60,87%. É preocupante quando o melhor resultado dentre todas as regiões foi uma queda em torno de R\$ 300 milhões ou -18,51%.

Gráfico 2 – Boxplot da variação das despesas públicas totais nos estados (2014-2019)



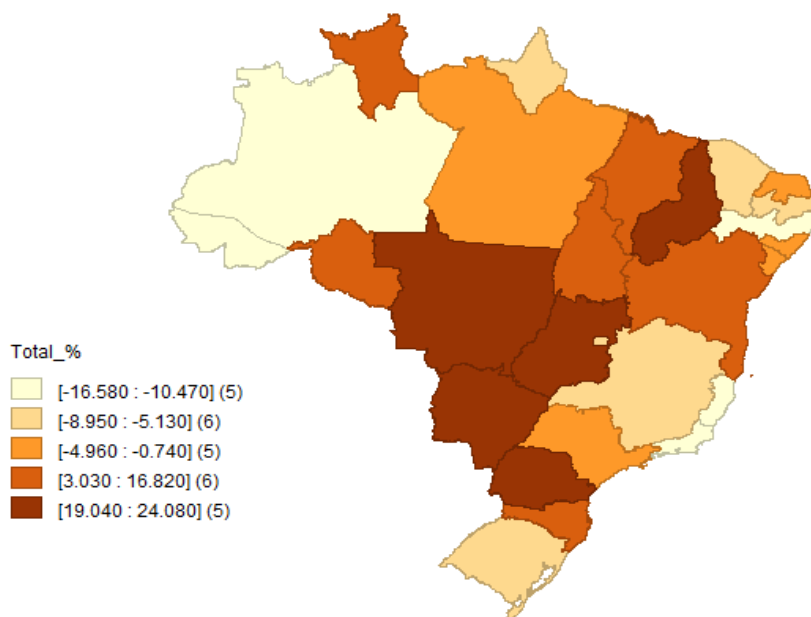
Fonte: Elaboração própria.

O *boxplot* acima foi feito com base na porcentagem da variação das despesas totais das contas públicas entre os anos de 2014 e 2019. Analisando, primeiramente, o maior e menor valor desse gráfico, podemos perceber que o valor máximo foi de 24,08%, representado pelo estado do Mato Grosso do Sul, e o valor mínimo foi de -16,58%, representado pelo estado do Espírito Santo.

A mediana e a média ficaram bem próximas uma da outra. Enquanto a mediana possui um valor de -0,81%, a média possui o valor de 1,70%. Nota-se que de acordo com a mediana, pelo menos metade dos estados brasileiros apresentaram uma variação negativa em suas despesas durante o período de estudo. Se analisarmos as tabelas, é possível perceber que ainda existe mais dois estados que apresentaram queda em suas despesas. Como a linha da mediana está mais próxima de Q1 do que de Q3, a sua assimetria é positiva. A medida de dispersão que é mais comumente usada, o desvio-padrão, teve valor foi de 12,82, indicando grande heterogeneidade. Por fim, é importante notar que não se apresentou nenhum *outlier*.

Explorando as variabilidades territoriais desse fenômeno, as imagens obtidas por meio da técnica *LISA* permitiram analisar se existe uma correlação espacial no território brasileiro para as variações de despesas dos governos estaduais. Primeiramente, será apresentado um mapa com a variação total das despesas dos estados, antes dos resultados *LISA*. A Figura 1 mostra que as variações das despesas foram positivas, principalmente, nos estados do Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), e, isoladamente em suas macro-regiões, Paraná no Sul e Piauí no Nordeste. Por outro lado, as maiores variações negativas aconteceram no Sudeste, principalmente no Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e no Norte, no Amazonas e Acre, somando-se a esses Pernambuco no Nordeste, e no Sul, o Rio Grande do Sul. Porém, a Figura 1 não foca na significância estatística dessas variações nem nas correlações espaciais (relações de vizinhança) desses padrões. Por isso, a seguir, foi feita a análise das figuras do tipo *LISA*.

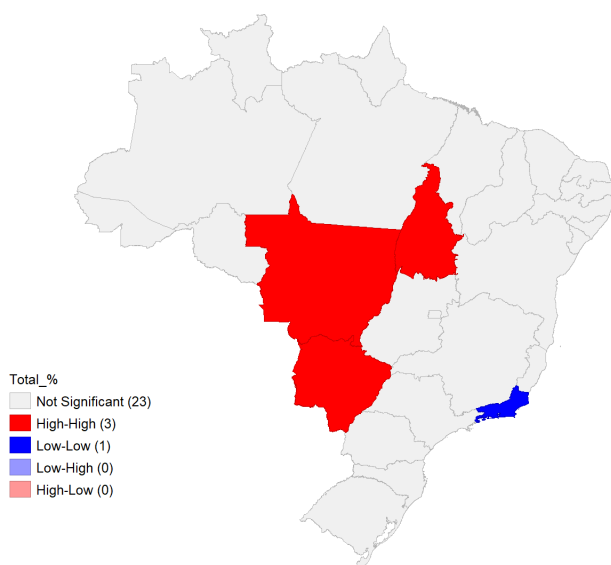
Figura 1 – Variação das despesas públicas totais nos estados (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria.

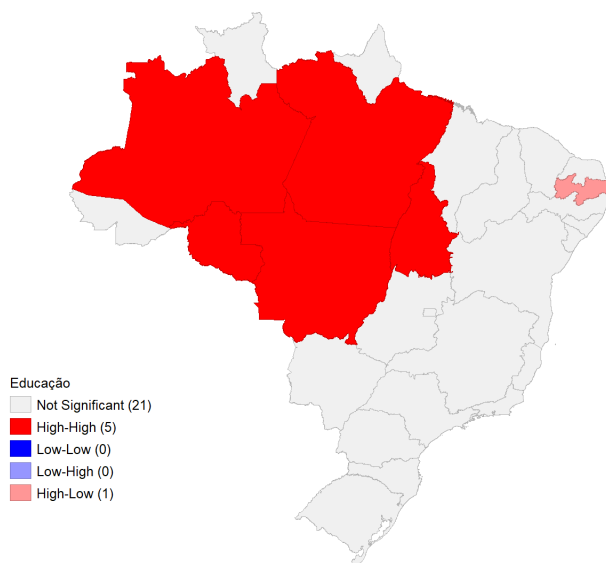
A figura 2 representa o LISA da variação total das despesas entre os anos de 2014 e 2019. O resultado obtido foi a existência de *clusters* do tipo alto-alto nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, e *cluster* do tipo baixo-baixo no estado do Rio de Janeiro. Tanto *cluster* alto-alto, quanto *cluster* baixo-baixo indicam autocorrelação espacial positiva. Neste caso, a presença do tipo alto-alto está relacionada a altos valores combinados com a presença de altos valores dos seus vizinhos. O mesmo equivale para o tipo baixo-baixo, porém em variações negativas. Ou seja, o Rio de Janeiro apresentou valores baixos e está cercado por estados que também apresentaram baixos valores.

Figura 2 – LISA da variação das despesas públicas totais nos estados (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria.

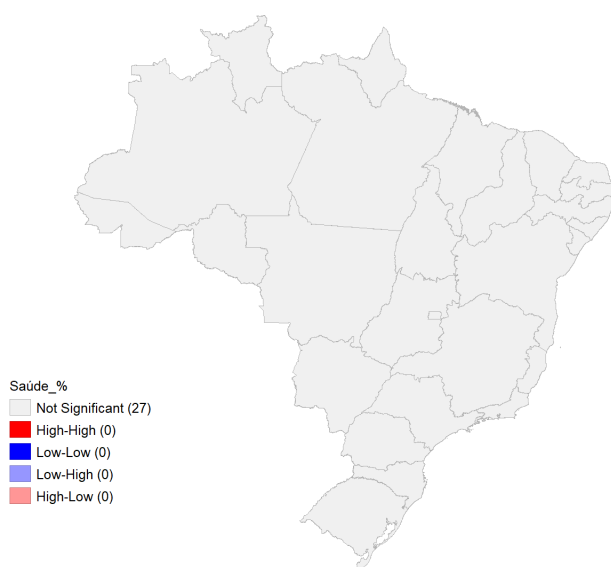
Figura 3 – LISA da variação das despesas de educação nos estados (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria.

A figura 3 representa o LISA da variação das despesas de Educação entre os anos de 2014 e 2019. Nela é possível observar a existência de *clusters* do tipo alto-alto e do tipo alto-baixo. Os estados pertencentes ao primeiro grupo são: Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins. O único estado pertencente a segunda situação é o da Paraíba. Diferente dos tipos alto-alto e baixo-baixo, *clusters* do tipo alto-baixo e baixo-alto indicam uma presença de autocorrelação espacial negativa, e, portanto, podem ser considerados outliers espaciais. Desta forma, o estado da Paraíba conseguiu uma variação muito superior relacionado aos seus vizinhos, ou seja, a sua variação está muito distante de ser similar se comparado aos seus vizinhos.

Figura 4 – LISA da variação das despesas de Saúde nos estados (2014-2019)

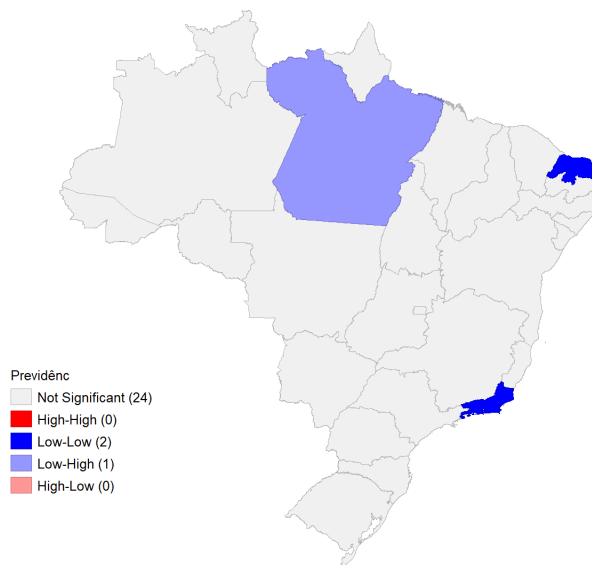


Fonte: Elaboração própria.

A figura 4 apresenta o LISA da variação das despesas de Saúde entre os anos de 2014 e 2019. Diferente das outras duas figuras, essa não apresenta nenhum tipo de *cluster*. Ou seja, os valores não indicaram nenhum tipo de autocorrelação espacial entre si.

Já a figura 6 representa a variação das despesas da Previdência entre os anos de 2014 e 2019. Nota-se a presença de *clusters* do tipo baixo-baixo para os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Como já explicado anteriormente, esses estados apresentaram uma variação baixa na conta de Previdência, e estão cercados de estados que apresentaram valores similares. A conta de Previdência é um excelente exemplo para contextualizar o funcionamento do LISA. O agrupamento baixo-baixo não significa necessariamente que os valores foram negativos, mas que os valores foram baixos, visto que a Previdência foi a única conta que apresentou uma variação positiva em todos os estados brasileiros.

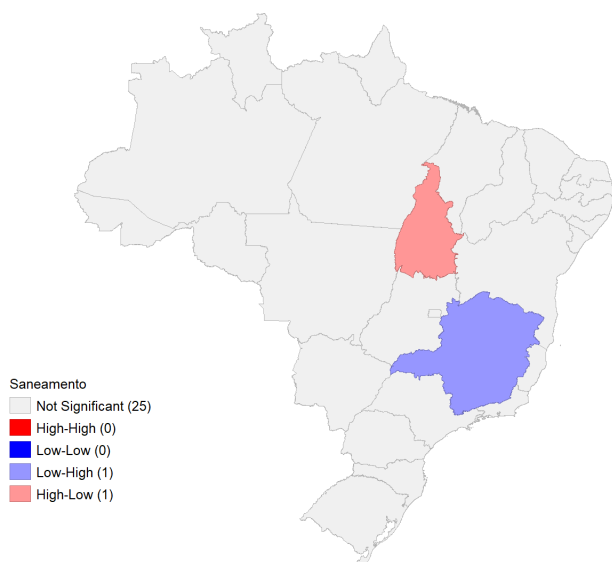
Figura 5 – Variação das despesas de Previdência nos estados (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria.

O outro tipo de *cluster* presente nessa conta foi do tipo baixo-alto, representado pelo estado do Pará. Como visto anteriormente, o tipo baixo-alto indica uma autocorrelação espacial negativa. O estado do Pará, então, apresentou uma variação baixa nessa conta e está cercado por estados que apresentaram uma variação alta nessa conta.

Figura 6 – Variação das despesas de Saneamento nos estados (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria.

A figura 6 nos mostra o LISA da variação da conta de Saneamento entre o ano do estudo. Verifica-se a presença de *cluster* do tipo baixo-alto e do tipo alto-baixo. A primeira situação corresponde ao estado de Minas Gerais e a segunda corresponde ao estado de Tocantins.

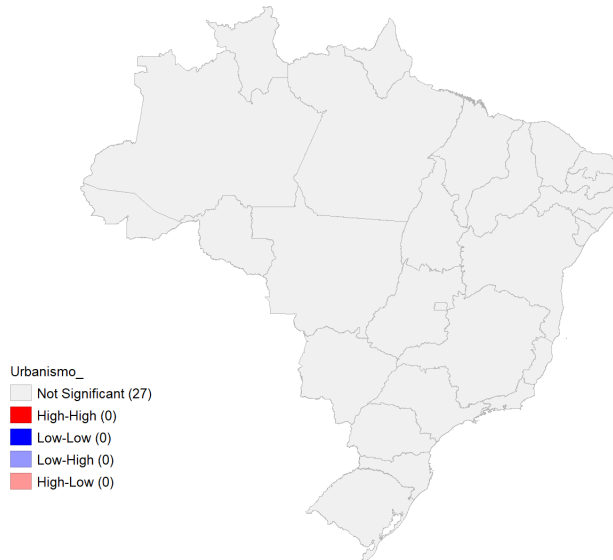
Figura 7 – Variação das despesas de Habitação nos estados (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria.

A figura 7 mostra o LISA da variação das despesas na conta de Habitação entre os anos de 2014 e o ano de 2019. Não foi encontrado nessa conta qualquer tipo de autocorrelação espacial entre as observações.

Figura 8 – Variação das despesas de Urbanismo nos estados (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria.

Por último, a figura 8 nos mostra o LISA da variação das despesas da conta de Urbanismo entre os anos de 2014 e 2019. Nela também não é possível observar qualquer tipo de *cluster*.

6. Considerações Finais

A austeridade fiscal é um fenômeno global, ou ao menos ocidental, que tem penetrado nos territórios nacionais de maneira diferenciada. Países com sistemas federativos e em que os governos locais conseguem aumentar suas receitas, particularmente por meio da tributação da terra, como os EUA, tem apresentado reações do tipo “municipalismo pragmático”. Países mais centralizados e localidades com economias decadentes tendem a não conseguir resistir às pressões (im)postas por governos nacionais e mercados financeiros (KIM; WARNER, 2021).

Até onde se sabe, este é o primeiro estudo que busca trazer esta discussão para as literaturas de estudos urbanos e planejamento urbano no Brasil. A partir da análise de dados fiscais, encontramos evidências de que as políticas de austeridade do governo federal estão diminuindo as despesas públicas observadas nos estados brasileiros. Esse objetivo alcançado vem às custas da população mais vulnerável do país, e tem prejudicado o crescimento geral da economia brasileira, dada a importância de investimentos em educação, saúde e infraestrutura para o crescimento – investimentos esses que tipicamente acontecem em nível local. Em última instância, a austeridade afeta a efetivação da cidadania, uma vez que os serviços mais essenciais para a concretização da mesma se dão em escala local.

Além disso, os argumentos de quem defende essa forma de governança são desconexos com a realidade que a economia brasileira enfrenta desde 2015. A austeridade está indo contra a necessidade histórica de realizar gastos e investimentos anticíclicos, momentos em que o aumento dos gastos e dos investimentos públicos pode ajudar países a contrabalancearem recessões.

Como já era de se esperar, a austeridade fiscal se mostrou improdutiva para os indicadores fiscais e o país ainda se encontra em grave crise. Mesmo 1 ano antes da pandemia, o PIB do Brasil já apresentava sinais de queda¹. Ademais, o corte de gastos diminuiu os investimentos diretos do governo, sendo assim, as empresas beneficiadas por esses

1

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24653-pib-tem-resultado-negativo-de-0-2-no-1-trimestre-de-2019>. Acessado em 10 de outubro de 2022.

investimentos, que anteriormente passariam a contratar pessoal e comprar materiais, deixam de contribuir para o crescimento do país (efeito *crowding-in*). Fontes importantes da arrecadação federal, como o IPI e o IR foram muito afetados por esse baixo dinamismo da economia, o que afeta a receita da União, e conseqüentemente os repasses para os municípios. Estados também foram afetados pela dinâmica do ICMS, e municípios pelo ISS e ITBI, que também são correlacionados ao crescimento ou decréscimo econômico. Adicionalmente, no caso municipal, plantas genéricas de valores desatualizadas geram arrecadações de fato muito abaixo do que as que poderiam ser obtidas via IPTU pelos municípios.

Dentro dos resultados obtidos, há forte evidências de heterogeneidade espacial, com algumas regiões do país apresentando queda em suas despesas, como no caso do Norte, Nordeste e Sudeste, e as regiões Centro-Oeste e Sul apresentando aumento em suas despesas. Após a implementação do “teto dos gastos”, ficou nítido que há um subfinanciamento ou até mesmo um “desfinanciamento” em diversas áreas do governo, como Saúde e Educação. Áreas como Habitação, Urbanismo, e Saneamento em alguns casos, praticamente desapareceram do orçamento público de estados no contexto da austeridade fiscal. Essas evidências se mostraram díspares dentro do território brasileiro. Grande parte da queda das despesas analisadas neste trabalho aconteceu na região Sudeste. As regiões Norte e Nordeste tiveram quedas mais suaves, e a região Sul e a região Centro-Oeste tiveram aumentos dos gastos e investimentos em várias contas.

Como os resultados indicam, alguns estados foram muito afetados pela austeridade fiscal, particularmente, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Outros estados, enquanto isso, apresentaram alta, como Mato Grosso, Goiás e Tocantins. O estado do Rio Grande do Sul foi o único que apresentou queda em suas despesas na região Sul. Caso semelhante aconteceu com Distrito Federal, que também foi o único a apresentar queda no Centro-Oeste. Esses resultados sugerem variações pragmáticas nas respostas locais à austeridade no território brasileiro.

Embora explicar as origens dessas tendências exceda em muito o escopo deste trabalho, é possível levantar algumas hipóteses. A primeira e mais óbvia é que estados que tenham sofrido estagnação ou decréscimo econômico estejam mais vulneráveis a aceitarem medidas de austeridade, e, portanto, terem quedas em suas despesas sociais. Este pode ser o caso do Rio de Janeiro, com desindustrialização, queda de investimentos no setor de óleo e gás, e dependente da exportação de serviços para outros estados brasileiros os quais também crescem pouco. Isso fez o estado a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal imposto pelo governo federal. Por outro lado, supõe-se que estados com maior crescimento econômico sejam mais resilientes a adotar medidas de austeridade, como Mato Grosso, por exemplo, que teve avanços em suas despesas. É provável que esse aumento de arrecadação tenha vindo do aumento das arrecadações próprias pelo crescimento do agronegócio e pela expansão da fronteira agrícola. Considerando a dinâmica territorial brasileira recente, e como a causa última do crescimento ou decréscimo econômico é sempre territorial, as hipóteses para explicar essas tendências precisam ser espaciais.

Uma segunda hipótese para analisar os determinantes das variações despesas são as próprias condições fiscais iniciais de cada estado. Isto é, estados que já estavam em déficit fiscal de grande magnitude tendem a aderir a programas de “recuperação fiscal” (leia-se, adotar medidas de austeridade). Tanto a primeira linha hipotética apresentada aqui quanto a segunda abrem possibilidades de pesquisa pelo uso de vários controles para o estudo dos determinantes da austeridade no nível local.

Uma possibilidade para explicar os padrões de penetração da austeridade fiscal no território nacional é enveredar pela Ciência Política e relacionar a adoção dessa forma de governança aos partidos políticos ou coalizações de poder dos mandatários estaduais em cada período. Trabalhos de Filosofia Política também poderiam ir nessa direção.

Vale ressaltar que o trabalho possui limitações e que não considera condições iniciais e posteriores para investigar a trajetória da austeridade fiscal no país. Dessa forma, espera-se que este trabalho abra caminhos para uma investigação mais profunda sobre o tema, e que as pesquisas sejam capazes de oferecer alternativas concretas para o planejamento territorial e fiscal do país.

Referências bibliográficas

ALDAG, A. M.; KIM, Y.; WARNER, M. E. Austerity urbanism or pragmatic municipalism? Local government responses to fiscal stress in New York State. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 51, n. 6, p. 1287–1305, set. 2019.

ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association – LISA. **Geographical Analysis**, 27, n.2, pp. 93-115, 1995

BARBOSA FILHO, N.H. E a contração fiscal é ... contracionista! 2017; Tema: Economia Brasileira. (Blog). **Blogdoibre.fgv.br**, 2017. Disponível em: < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/e-contracao-fiscal-e-contracionista>.> Acesso em: 17 de out. de 2022.

BASTOS, S.Q. de A; GOMES, B. S. de M. Distribuição dos profissionais de saúde: Uma análise para os estados brasileiros, 2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 8, p. 109-122, 2015

BRUMER, A. Previdência Social Rural e Gênero. **Sociologias**. 2002; s/v (7): 50-81.

BEL, G.; FAGEDA, X.; WARNER, M. E. Is private production of public services cheaper than public production? A meta-regression analysis of solid waste and water services. **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 29, n. 3, p. 553–577, 3 jun. 2010.

BELLUZZO, L. G.; RAIMUNDO, L. DA C.; ABOUCHEDID, S. Gestão da riqueza velha e criação de riqueza nova: uma crítica à Modern Money Theory (MMT). **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 1, p. 1–14, jan. 2021.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira. Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

DAVIDSON, M. Extreme municipal fiscal stress and austerity? A case study of fiscal reform after Chapter 9 bankruptcy. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 38, n. 3, p. 522–538, maio 2020.

DWECK, E.; ROSSI, P. & OLIVEIRA, A. L. M. **Economia pós-pandemia: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRIEDMANN, J. **Planning in the Public Domain: From Knowledge to Action**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1987.

GRAY, M.; BARFORD, A. The depths of the cuts: the uneven geography of local government austerity. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 11, n. 3, p. 541–563, 29 out. 2018.

HUNGARO, L.; ALMEIDA, R. Austeridade fiscal, financeirização e saneamento urbano: notas preliminares a um debate necessário. **E-metropolis**, v. 11, n. 42, p. 21–31, 2020.

KIM, Y. Limits of Property Taxes and Charges: City Revenue Structures After the Great Recession. **Urban Affairs Review**, v. 55, n. 1, p. 185–209, jan. 2019.

- KIM, Y.; WARNER, M. E. Shrinking local autonomy: corporate coalitions and the subnational state. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 11, n. 3, p. 427–441, 29 out. 2018.
- KIM, Y.; WARNER, M. E. Pragmatic municipalism or austerity urbanism? Understanding local government responses to fiscal stress. **Local Government Studies**, v. 47, n. 2, p. 234–252, 4 mar. 2021.
- LOBAO, L. et al. The shrinking state? Understanding the assault on the public sector. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 11, n. 3, p. 389–408, 29 out. 2018.
- MCDONALD, D. A. Remunicipalization: The future of water services? **Geoforum**, v. 91, p. 47–56, maio 2018.
- PECK, J. Austerity urbanism: American cities under extreme economy. **City**, v. 16, n. 6, p. 626–655, dez. 2012.
- PECK, J. Pushing austerity: state failure, municipal bankruptcy and the crises of fiscal federalism in the USA. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 7, n. 1, p. 17–44, 1 mar. 2014.
- PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. Neoliberal Urbanism: Models, Moments, Mutations. **SAIS Review of International Affairs**, v. 29, n. 1, p. 49–66, 2009.
- PITOMBEIRA, D. F.; OLIVEIRA, L. C. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**. 25(5), p. 1699-1706. 2020.
- ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. M.; ARANTES, F.; DWECK, E. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educação & Sociedade (Impresso)**, v. 40, p. 1-17. 2019.
- SERRANO, F.; BRAGA, J. O mito da contração fiscal expansionista nos EUA durante o governo Clinton. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 27, 2006.
- STIFTUNG, F. E. et. al. Austeridade e Retrocesso – Finanças públicas e política fiscal no Brasil, v. 1, São Paulo, 2016.
- TAVARES, F.; RAMOS, P. O novo regime fiscal brasileiro e a democracia: interpretações sobre uma incompatibilidade. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 38, n. 3, p. 450–472, 17 dez. 2018.
- THEODORE, N. Governing through austerity: (Il)logics of neoliberal urbanism after the global financial crisis. **Journal of Urban Affairs**, p. 1–17, 12 jul. 2019.
- WARNER, M. E. Key issues in water privatization and remunicipalization. **Utilities Policy**, v. 73, p. 101300, dez. 2021.
- WARNER, M. E.; ALDAG, A. M. Re-municipalization in the US: a pragmatic response to contracting. **Journal of Economic Policy Reform**, p. 1–14, 25 set. 2019.
- WARNER, M. E.; CLIFTON, J. Marketisation, public services and the city: the potential for Polanyian counter movements. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 7, n. 1, p. 45–61, 1 mar. 2014.